

MEMÓRIA, HISTÓRIA E ARQUIVO: reflexões para um tempo de transformações

Yara Aun Khoury

Central de Documentação e Informação Científica, PUC - São Paulo

Participar deste painel, debatendo o tema **Memória, História e Arquivo: reflexões para um tempo de transformações**, cujo tema base foi apresentado pelo colega Ulpiano Bezerra de Menezes, lembra-me um outro encontro realizado neste mesmo local, há dois anos atrás, pelo Departamento de Patrimônio Histórico/Secretaria Municipal da Cultura, onde discutiu-se amplamente, e sob várias dimensões, "O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania" (tema daquele evento).

Se naquele encontro procurava-se acentuar as relações da memória e da ação relativa ao patrimônio histórico com a gestão da cidade ou com as lutas pela democracia e pelos direitos à plena cidadania que marcam os últimos 20 anos da vida brasileira, neste Congresso, reunido em torno do tema Rumos e Consolidação da Arquivologia, ao ser colocada a oportunidade de refletir-se sobre as relações entre memória, história e arquivo, vejo um retorno a esse debate, ainda que sob outros prismas, na medida que propomo-nos a pensar dimensões da contribuição da Arquivologia para a construção de uma sociedade mais democrática.

No âmbito de minhas preocupações profissionais no campo da história social, buscando recuperar sujeitos e práticas sociais marginalizados, ocultados, ignorados ou excluídos da cena histórica, discutindo os significados sociais da memória e o uso desta no exercício do poder, procurando compreender como tais processos foram engendrados, voltada, ainda, para um trabalho de tratamento arquivístico de registros da experiência e da memória de alguns dentre esses sujeitos em um Centro de Documentação Universitário - CEDIC/PUC SP, incluo-me entre aqueles que procuram trabalhar com a memória, história e arquivologia com perspectivas democráticas, pensando-as como campos férteis, entre tantos outros, para a construção da cidadania. Nesses termos, tendo a tecer meus comentários por esses caminhos que me são muito significativos.

Reconhecendo que o texto do Professor Ulpiano permite inúmeras reflexões e em muitas direções, atendo-me a duas, as quais mais me desafiam na prática profissional diária:

- a dimensão política da história e da memória, atentando mais para certos usos e lugares da memória popular, relacionando essa reflexão com aquela sobre os processos de exclusão social;
- o tratamento arquivístico de fundos e coleções de movimentos operários e populares e de registros da experiência cotidiana de sujeitos comuns como uma das fronteiras e desafios da Arquivologia atual, possibilitando e demandando reflexões sobre possíveis contribuições desse ramo das ciências da informação na construção da democracia.

Como fundamento dessas considerações, estou entendendo a experiência humana como o processo de constituição do social, que é de luta e que se configura não somente nos sistemas econômicos, nos regimes político-institucionais, como também nas inúmeras e complexas maneiras

CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 10º, 1994, São Paulo. **Anais do 10º Congresso Brasileiro de Arquivologia: rumos e consolidação da arquivologia.** São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo, 1998. (CD-ROM)

como os homens elaboram e reelaboram seus modos de viver. Isso quer dizer que pensamos e trabalhamos esse fazer-se também como valores, imagens, sentimentos, aspirações, projetos, crenças, arte, trabalho, regras visíveis e invisíveis de regulação social, formas simbólicas de dominação e resistência, leis, instituições, ideologia, tradição, cultura material e, também, como memória social, chamando a isso tudo de cultura.

Nesse sentido, amplia-se consideravelmente o campo da história e da memória, entendendo esta não como o passado cristalizado em torno de personalidades ou instituições, mas como uma construção histórica, como o uso que se faz do passado na vida presente: uma construção que se faz e refaz cotidianamente e que se configura como um campo de lutas, tanto quanto o da cultura. Centramos nossos esforços na compreensão de significados específicos da memória, em espaços e tempos determinados, assim como nas maneiras como os sujeitos constróem-na e preservam-na, ou nas maneiras como a ela submetem-se.

Retomando reflexões de Jacques Le Goff(1) sobre a memória, algumas das quais cruzam-se com outras introduzidas pelo texto do Professor Ulpiano, ao trabalhá-la buscando reencontrar no fazer-se histórico dos sujeitos sociais as maneiras como eles viveram e vivem seu passado, como constituem memórias sociais e como estas lhes permitem fazer face aos acontecimentos presentes, percebo que, ao longo da história, a memória, além de tornár-se cada vez menos narrativa da experiência social e cada vez mais exterior ao homem, não foi e não é somente uma conquista, mas também um instrumento de poder. Podemos acompanhar como injunções de poder foram trazendo grandes transformações para a memória social e como, nela, a memória popular, da "gente comum", das práticas rotineiras e cotidianas, foi perdendo seu espaço, foi sendo confiscada ou esvaziada na cena histórica, em proveito de outras que giravam em torno de chefes políticos, sacerdotes, autoridades públicas, personalidades, instituições públicas e privadas, por vezes até mesmo em torno de sujeitos e organizações que se querem defensores dos trabalhadores e de outros despossuídos e excluídos.

Articulados a esses processos, foram-se constituindo e sendo reconhecidos monumentos, documentos, arquivos, bibliotecas e museus como lugares de memória, enquanto perdiam-se de vista outros tantos. Nesse sentido, não são somente significativos os fatos e sujeitos que foram valorizados e preservados de maneira mais sistemática, mas igualmente aqueles que foram esquecidos e ocultados e devemos atentar para os modos dessa sistematização também como elementos selecionadores da memória e trabalhar no sentido da incorporação de sujeitos à história, lembrando, nesse contexto, não apenas sujeitos marginalizados do chamado terceiro mundo, mas também outros sujeitos, como mulheres, velhos, crianças, negros, trabalhadores, também marginalizados no chamado primeiro mundo. Trabalhar nesse sentido, eu dizia, requer uma aproximação com um outro olhar sobre lugares da memória já reconhecidos, requer uma atenção sobre outros fazeres e lugares de memória, requer a incorporação de registros que extrapolam os padrões habitualmente reconhecidos, requer um tratamento desses materiais de maneira a contemplar a complexidade do fazer histórico que esses registros expressam, acompanhado de uma reflexão atenta sobre referenciais, significados, formas de falar e de expressar-se neles presentes, testemunhando maneiras peculiares de viver e de interpretar o mundo, de relacionar-se, de resistir ou de submeter-se que, muitas vezes, escapam ao *desmemória*

pouco atento.

Entre historiadores, cientistas sociais e da comunicação, psicólogos, linguistas, alguns vem dedicando especial atenção aos debates sobre as implicações da memória entre os condicionantes que moldam os modos de viver dos homens e suas maneiras de interpretar o mundo. Ao se voltarem para as maneiras como o passado é retrabalhado e incorporado pelo presente, muitos deles têm desdobrado suas reflexões para o campo da linguagem e da comunicação, ponderando sobre sua natureza, seu significado e poder nas relações entre os homens. O modo sutil como, através da linguagem, reproduzem-se valores e interesses, realimentam-se relações de poder, é um ponto importante que devemos considerar. Trabalhar acriticamente a linguagem leva-nos a ignorá-la como expressão e instrumento de poder. Exemplo marcante desse traço podemos encontrar na realidade atual, quando a linguagem eletrônica invade todas as dimensões do viver social, transformando de maneira sutil e poderosa os caminhos sociais e as relações entre os homens, levando muitos ao isolamento, outros a perderem o controle de suas próprias ações e outros poucos, ainda, a exercerem muito maior controle.

Esse processo, talvez apreendido mais claramente com as mudanças trazidas pelo computador, não é novo. Na passagem da cultura oral para a escrita, por exemplo, relatos sobre a experiência passada, transformados em escrita, foram-se tornando lugares de memória. A escrita possibilitou uma brutal exteriorização da memória, favorecendo aqueles sujeitos que, nas tensões entre a cultura letrada e a oral, apropriaram-se e fizeram largo uso dessa forma de linguagem. Por outro lado, os próprios processos de alfabetização funcionaram como instrumentos de exercício do poder segundo as regras das sociedades que se desenvolveram fundamentadas na cultura escrita e no saber instituído.

Com essas cogitações, estou apenas salientando a linguagem como elemento constitutivo da realidade social, tão permeada de relações de poder quanto aquela, para chegar em um ponto que nos interessa de modo especial: o tratamento arquivístico e particularmente a descrição arquivística. Perceber e trabalhar maneiras como registros da experiência social e da memória foram, e vêm sendo, produzidos, reunidos, organizados, descritos e divulgados, como uma das dimensões dessa experiência, podem-nos levar a prismas e atalhos insondáveis dessa realidade, contribuindo para a discussão e construção de caminhos mais democráticos nessa prática profissional.

Voltados, há algum tempo, para o levantamento de lugares e registros da memória popular, de trabalhadores e de suas organizações, onde e com os quais seria possível desenvolver investigações, iniciamos o mapeamento de organismos e entidades norteados por um conceito muito institucionalizado desses lugares. Percorremos bibliotecas, arquivos, centros de documentação, além de algumas sedes de movimentos, onde sabíamos existir farta documentação.

O contato com os primeiros locais de pesquisa, o manuseio de seus acervos e a divulgação de nosso projeto entre os movimentos, levando-os a dialogar conosco sobre suas militâncias, sobre

CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 10º, 1994, São Paulo. **Anais do 10º Congresso Brasileiro de Arquivologia: rumos e consolidação da arquivologia.** São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo, 1998. (CD-ROM)

do que a esperada. Por um lado, muito do que esperávamos encontrar nas bibliotecas, nos arquivos e centros de documentação especializados causava-nos uma impressão de vazio, por inexistirem tais informações, ou por buscarmos de maneira incorreta. Por outro lado, os relatos orais de ativistas ou militantes, em conversas informais ou na recolha de depoimentos, conduziam-nos a universos ricos de informação, com uma carga de significados diversos e variados, que nos auxiliavam mesmo a melhor compreender a documentação escrita e iconográfica encontrada em muitas sedes de movimentos. Essa documentação, por sua vez, achava-se em completa desordem ou organizada segundo as necessidades diárias dos próprios movimentos. Mesmo canções, maneiras de trabalhadores ou militantes expressarem-se, interpelarem-se ou manifestarem-se, ou registros iconográficos apresentados de maneiras diferentes dos padrões habituais, foram adquirindo novo sentido para nós. Essa constatação levou-nos a ampliar nosso conceito sobre lugares da memória, assim como a melhor perceber de que maneiras formas de organizar e descrever tais registros influem na sua divulgação ou ocultamento, facilitam ou obstaculizam a comunicação.

Esses organismos revelaram-se pequenos, mas numerosos, reunindo documentos e informações ou produzindo-os segundo suas próprias carências. Várias são as iniciativas nesse sentido, embora a grande maioria da "gente comum" ainda permaneça de olhos e ouvidos ligados nos grandes meios de comunicação da contemporaneidade.

Mas falemos desses poucos em questão: constituem-se em significativos lugares de memória e depositários de arquivos, testemunhos de dimensões da experiência popular, particularmente de movimentos organizados, fortemente marcados por lutas sociais, políticas e culturais, por práticas evangelizadoras da Igreja, por projetos de educação popular, de formação sindical, seguindo diferentes orientações. Diferentes tipos de acervo expressam visões e ações variadas da realidade social, do papel dos trabalhadores, das classes populares e dos próprios centros.

Embora nossas reflexões desdobrem-se pelos caminhos e complexidade da memória social, pelo fazer-se cotidiano e sutil dessa memória, pelos meandros insondáveis onde vamos encontrá-la na realidade social, limitamos nossas considerações sobre o assunto em torno de um trabalho específico de arquivos e centros de documentação de movimentos populares, de trabalhadores e suas organizações.

Já vemos tornarem-se mais comuns entre acadêmicos ou profissionais da comunicação discussões sobre o poder da informação e da memória. Vemos, também, aos poucos, quebrarem-se as resistências ao diálogo sobre o assunto entre o mundo acadêmico, profissional e militantes. Nossa experiência particular insere-se nesse diálogo.

Uma questão acompanha-nos desde nossas primeiras incursões nesse campo: qual o significado e as implicações da emergência, nesses últimos 25 anos, de um número expressivo de centros de documentação, de informação, de educação e comunicação entre movimentos populares, trabalhadores, minorias e movimentos confessionais? É grande o número de pequenos centros nascidos da necessidade dos próprios movimentos locais de resgatar sua memória, reconhecendo e explicitando saberes e valores de suas experiências, produzindo informação e

CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 10º, 1994, São Paulo. **Anais do 10º Congresso Brasileiro de Arquivologia**: rumos e consolidação da arquivologia. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo, 1998. (CD-ROM)

criando novos

canais de informação. Salientem-se duas dimensões significativas da documentação e da informação para esses organismos e movimentos na atualidade brasileira: por um lado, grupos e coletividades trabalham-nas como valiosos instrumentos no seu fazer-se como sujeitos sociais, imprimindo-lhes orientações variadas, abrindo novos espaços de comunicação e de afirmação social; por outro lado, registros que reúnem e produzem testemunham práticas sociais que, embora alijadas ou pouco reconhecidas, ou até mesmo combatidas, expressam maneiras como esses sujeitos lutam por seus direitos, pelo direito à cidadania plena ou, por vezes, submetem-se. Entre os centros emergentes, uma perspectiva constante é a de "documentar como prática, para se conhecer a própria história", embora essa proposta nem sempre se apresente de maneira clara. Alguns deles chegam a dar um tratamento arquivístico aos seus acervos, enquanto outros relegam essa atividade para segundo plano, em favor de um maior espaço para a militância.

Nesse panorama, enquanto centro de documentação universitário, tendo como uma de suas principais funções refletir sobre tratamento de documentos alternativos, preocupado em estabelecer canais de comunicação com esses setores, temos procurado forjar, juntos, um trabalho comum, na intersecção dos campos da memória, da história e de arquivo. O próprio caminho percorrido levou-nos a passar de uma atenção especial dada a movimentos ligados à Igreja, também para movimentos populares, sindicais e de minorias, uma vez que se imbricam e tensionam na realidade social, no exercício de suas lutas, que passam pelo campo da memória e de arquivo.

Reunimo-nos com essas entidades em um grupo de trabalho dedicado ao tratamento de acervos de diferentes naturezas e à uniformização de linguagem para descrição documental, congregando arquivos, bibliotecas e centros de documentação voltados para os movimentos populares, trabalhadores e suas organizações, buscando um intercâmbio de informações sobre procedimentos técnicos entre os centros envolvidos e sobre seus acervos, para atender, de forma mais ampla, aos usuários.

Vimos refletindo sobre maneiras de dar ao material documental desses movimentos um tratamento arquivístico capaz de incorporar, em toda a sua complexidade, a realidade social que esse material expressa. Nesse caminho, viemos debatendo algumas questões: considerando as diferenças de natureza e de objetivos desses acervos e o fato de terem sido trabalhados de modos tão diversificados, é possível dar um tratamento arquivístico a todos eles? É possível que as entidades que adotam um tratamento arquivístico de seus acervos estabeleçam regras mínimas comuns de descrição arquivística, com vistas a tornar mais ágil e mais eficaz a informação e a comunicação entre elas? Como fazê-lo? Atentos quanto à descrição dos documentos, aos significados que os sujeitos atribuem à experiência vivida, deveríamos trabalhá-la de maneira especial a fim de incorporar esses significados e suas transformações através do tempo? Se, na experiência vivida, os sujeitos transformam-se e a linguagem adquire novos significados os descritores não teriam mudanças de sentido? Que lugar ocupa, nessas entidades, a produção de documentação oral, uma vez que grande parte da experiência desses movimentos e de sua memória está na oralidade? Como explorar esse potencial?

militantes de movimentos, associações e sindicatos, constitui-se num ramo brasileiro integrado a uma iniciativa ibero-americana no mesmo sentido, que veio a constituir a Associação Ibero-Americana de Recuperação e Proteção aos Arquivos dos Trabalhadores e suas Organizações - AIRPATO, mostrando que nossas inquietações e gestões não são isoladas, encontrando respaldo e aliados em outros países de língua espanhola e portuguesa.

Vemos com satisfação abrirem-se novos espaços para esse debate, salientando o 10º Congresso Brasileiro de Arquivologia, onde encontramos acolhida para a realização do 5º Encontro Nacional de Arquivos e Centros de Documentação dos Trabalhadores e suas Organizações, como evento paralelo, realizado em 2 de dezembro de 1994, cujos textos encontram-se igualmente nos Anais do Congresso.

1LE GOFF, Jacques. *Memória/História*, Enciclopédia Einaudi, v. I, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 10º, 1994, São Paulo. **Anais do 10º Congresso Brasileiro de Arquivologia: rumos e consolidação da arquivologia.** São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo, 1998. (CD-ROM)